



Ministério da Economia
Conselho Administrativo de Recursos Fiscais



Processo nº 13732.000682/2008-01
Recurso Voluntário
Acórdão nº 2002-006.961 – 2ª Seção de Julgamento / 2ª Turma Extraordinária
Sessão de 25 de outubro de 2022
Recorrente MARCY CABRAL CRESPO
Interessado FAZENDA NACIONAL

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA (IRPF)

Exercício: 2004

DEDUÇÃO INDEVIDA - DESPESA MÉDICA - DOCUMENTAÇÃO HÁBIL

As despesas com médicos, dentistas, psicólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais e hospitais são dedutíveis da base de cálculo do imposto de renda da pessoa física, seja para tratamento do próprio contribuinte ou de seus dependentes, desde que devidamente comprovadas, conforme artigo 8º da Lei nº 9.250/95 e artigo 80 do Decreto nº 3.000/99 - Regulamento do Imposto de Renda/ (RIR/99).

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao Recurso Voluntário. Votou pelas conclusões o Conselheiro Marcelo de Sousa Sateles.

(documento assinado digitalmente)

Diogo Cristian Denny - Presidente

(documento assinado digitalmente)

Thiago Duca Amoni - Relator(a)

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Marcelo de Sousa Sateles, Thiago Duca Amoni, Diogo Cristian Denny (Presidente).

Relatório

Trata-se de Notificação de Lançamento (fls. 06/11) em nome do sujeito passivo em epígrafe, decorrente de procedimento de revisão da sua Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física (DIRPF) do exercício 2004 (fls. 16/19).

Foi apurada a infração de dedução indevida de despesas médicas, com glosa no valor de R\$ 41.146,38, junto aos seguintes prestadores:

- Taise Aparecida Pires da Cunha Lovate (R\$ 9.000,00), pela falta de identificação do beneficiário (paciente) dos serviços prestados e da indicação do endereço do prestador;
- Naira Maria Sampaio da Costa (R\$ 990,00), pela falta de identificação do beneficiário (paciente) dos serviços prestados e da indicação do endereço do prestador;
- Sheila do Almo Ribeiro (R\$ 10.000,00), pela falta de identificação do beneficiário (paciente) dos serviços prestados e da indicação do endereço do prestador;
- Rossana dos Santos Inácio (R\$ 10.000,00), pela falta de identificação do beneficiário (paciente) dos serviços prestados e da indicação do endereço do prestador;
- Jackeline Carvalho Rangel (R\$ 17.000,00), pela falta de identificação do beneficiário (paciente) dos serviços prestados e da indicação do endereço do prestador; e
- Ministério da Saúde (R\$ 156,38), pela não identificação da natureza do serviço, pela não discriminação dos beneficiários e pelo comprovante apresentado informar R\$ 0,00 a título de despesas médicas.

Em virtude deste lançamento, apurou-se Imposto de Renda Pessoa Física suplementar de R\$ 11.315,26, multa de ofício de R\$ 8.486,44, além dos juros de mora de R\$ 6.621,69 (calculados até junho de 2008).

Com a ciência da Notificação, por via postal, em 19/06/2008 (fl. 22), a Interessada apresentou impugnação (fls. 03/05) em 18/07/2008, alegando que:

- a) não há motivo justo para a glosa, uma vez que os documentos se encontram revestidos das principais formalidades legais a eles inerentes (valor, nome da pagadora, nome da recebedora e a identificação dos serviços prestados);
- b) não é prática usual a indicação do endereço nos recibos de despesas médicas;
- c) é a paciente dos serviços declarados;
- d) apresenta novas declarações firmadas pela dentista Rossana dos Santos Inácio, pela psicóloga Naira Maria Sampaio da Costa e pela fisioterapeuta Taise Aparecida Pires Cunha Lovate; e
- e) deixa de juntar as declarações das profissionais Sheila do Almo Ribeiro e Jackeline Carvalho Rangel, porque não foram encontradas.

A decisão de primeira instância foi proferida com a seguinte ementa:

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA (IRPF)

Exercício: 2004

DEDUÇÕES. DESPESAS MÉDICAS. REQUISITOS FORMAIS.

Na declaração de rendimentos poderão ser deduzidos os pagamentos efetuados pelo contribuinte, no ano-calendário, a dentistas, psicólogos e fisioterapeutas, relativos ao próprio tratamento e ao de seus dependentes.

O endereço, o CPF do profissional e a identificação do beneficiário dos serviços, caso ausentes do recibo, podem ser completados, posteriormente, pelo prestador do serviço.

DEDUÇÕES. COMPROVAÇÃO.

Todas as deduções estão sujeitas a comprovação ou justificação, a juízo da autoridade lançadora.

DESPESAS MÉDICAS. REGISTRO NO CONSELHO DE CLASSE.

É obrigatória a comprovação de inscrição do prestador no respectivo conselho de classe para deduzir despesas médicas.

MATÉRIA NÃO IMPUGNADA.

Considera-se incontroversa a matéria que não tenha sido expressamente contestada pelo contribuinte, nos termos do art.17 do Decreto nº 70.235/72.

Ciente do acórdão da DRJ em 19/04/2013, o(a) contribuinte, em 17/05/2013, apresentou recurso voluntário, no qual alega, em apertado resumo, que:

a) os recibos e documentos apresentados cumprem com os requisitos legais e são hábeis a comprovar as despesas médicas

É o relatório.

Voto

Conselheiro(a) Thiago Duca Amoni - Relator(a)

O recurso apresentado é tempestivo e, por reunir os demais requisitos formais de admissibilidade previstos no Decreto nº 70.235/72, dele toma-se conhecimento.

A DRJ julgou a impugnação apresentada pelo contribuinte, nos seguintes termos:

A Interessada comprova satisfatoriamente as seguintes despesas médicas:

I) R\$ 9.000,00 com a fisioterapeuta Taise Aparecida Pires da Cunha Lovate (Crefito n.º 36.866-F e endereço na rua Paulo de Oliveira n.º 478, Itaperuna), através das declarações de fls. 12 e 45, nas quais confirma a prestação de serviços fisioterápicos na Interessada no ano de 2003, recebendo dela os valores constantes dos recibos emitidos e por ela declarados;

II) R\$ 990,00 com a psicóloga Naira Maria Sampaio da Costa (CRP n.º 56970 e endereço na rua Ministro Otávio Kelly n.º 193, Niterói), através da declaração de fl. 13 e do recibo de fl. 82, nos quais confirma o recebimento do montante declarado pela prestação de serviços de psicanálise na Interessada durante o ano de 2003; e

III) R\$ 10.000,00 com a dentista Rossana dos Santos Inácio (CRO-RJ n.º 25682 e endereço na rua Assis Ribeiro n.º 500, Itaperuna), através das declarações de fls. 14 e 41, nas quais confirma a prestação de serviços odontológicos na Interessada no ano de 2003, recebendo dela os valores constantes dos recibos emitidos e por ela declarados.

Quanto aos requisitos essenciais que devem constar do recibo, para fins de dedução da base de cálculo do Imposto de Renda, o valor, a natureza da prestação dos serviços, o nome de quem pagou e a assinatura identificando quem recebeu são pressupostos essenciais a sua validade. Já o endereço, o CPF do profissional e a identificação do

beneficiário dos serviços, caso ausentes, podem ser completados, posteriormente, pelo prestador do serviço.

Desta forma, deve ser restabelecida a dedução de R\$ 19.990,00 por se tratar de despesas médicas dedutíveis na declaração de rendimentos (art. 80 do Regulamento do Imposto de Renda).

Ainda, conforme decisão de piso, a contribuinte não apresenta razões quanto a glosa de R\$156,38. Assim, a lide limita-se a glosa de despesas médicas referentes a Jackeline Carvalho Rangel (R\$ 11.000,00) e Sheila do Almo Ribeiro (valor de R\$ 10.000,00).

Da dedução de despesas médicas

As despesas com médicos, dentistas, psicólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais e hospitais são dedutíveis da base de cálculo do imposto de renda da pessoa física, seja para tratamento do próprio contribuinte ou de seus dependentes, desde que devidamente comprovadas, conforme artigo 8º da Lei nº 9.250/95 e artigo 80 do Decreto nº 3.000/99 - Regulamento do Imposto de Renda/ (RIR/99):

Art. 8º A base de cálculo do imposto devido no ano-calendário será a diferença entre as somas:

I - de todos os rendimentos percebidos durante o ano-calendário, exceto os isentos, os não-tributáveis, os tributáveis exclusivamente na fonte e os sujeitos à tributação definitiva;

II - das deduções relativas:

a) aos pagamentos efetuados, no ano-calendário, a médicos, dentistas, psicólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais e hospitais, bem como as despesas com exames laboratoriais, serviços radiológicos, aparelhos ortopédicos e próteses ortopédicas e dentárias;

Art. 80. Na declaração de rendimentos poderão ser deduzidos os pagamentos efetuados, no ano-calendário, a médicos, dentistas, psicólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais e hospitais, bem como as despesas com

exames laboratoriais, serviços radiológicos, aparelhos ortopédicos e próteses ortopédicas e dentárias (Lei nº 9.250, de 1995, art. 8º, inciso II, alínea "a").

§1º O disposto neste artigo (Lei nº 9.250, de 1995, art. 8º, §2º):

I- aplica-se, também, aos pagamentos efetuados a empresas domiciliadas no País, destinados à cobertura de despesas com hospitalização, médicas e odontológicas, bem como a entidades que assegurem direito de atendimento ou ressarcimento de despesas da mesma natureza;

II- restringe-se aos pagamentos efetuados pelo contribuinte, relativos ao próprio tratamento e ao de seus dependentes;

III- limita-se a pagamentos especificados e comprovados, com indicação do nome, endereço e número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ de quem os recebeu, podendo, na falta de documentação, ser feita indicação do cheque nominativo pelo qual foi efetuado o pagamento (grifos nossos)

O trecho em destaque é claro quanto a idoneidade de recibos e notas fiscais, desde que preenchidos os requisitos legais, como meios de comprovação da prestação de serviço de saúde tomado pelo contribuinte e capaz de ensejar a dedução da despesa do montante de IRPF devido, quando da apresentação de sua DAA.

O dispositivo em comento vai além, permitindo ainda que, caso o contribuinte tomador do serviço, por qualquer motivo, não possua o recibo emitido pelo profissional, a comprovação do pagamento seja feita por cheque nominativo ou extratos de conta vinculados a alguma instituição financeira.

Assim, como fonte primária da comprovação da despesa temos o recibo e a nota fiscal emitidos pelo prestador de serviço, desde que atendidos os requisitos legais. Na falta destes, **pode**, o contribuinte, valer-se de outros meios de prova. Ademais, o Fisco tem a sua disposição outros instrumentos para realizar o cruzamento de dados das partes contratantes, devendo prevalecer a boa-fé do contribuinte.

Nesta linha, no acórdão 2001-000.388, de relatoria do Conselheiro deste CARF José Alfredo Duarte Filho, temos:

(...)

No que se refere às despesas médicas a divergência é de natureza interpretativa da legislação quanto à observância maior ou menor da exigência de formalidade da legislação tributária que rege o fulcro do objeto da lide. O que se evidencia com facilidade de visualização é que de um lado há o rigor no procedimento fiscalizador da autoridade tributante, e de outro, a busca do direito, pela contribuinte, de ver reconhecido o atendimento da exigência fiscal no estrito dizer da lei, rejeitando a alegada prerrogativa do fisco de convencimento subjetivo quanto à validade cabal do documento comprobatório, quando se trata tão somente da apresentação da nota fiscal ou do recibo da prestação de serviço.

O texto base que define o direito da dedução do imposto e a correspondente comprovação para efeito da obtenção do benefício está contido no inciso II, alínea “a” e no § 2º, do art. 8º, da Lei nº 9.250/95, regulamentados nos parágrafos e incisos do art. 80 do Decreto nº 3.000/99 – RIR/99, em especial no que segue:

Lei nº 9.250/95.

(...)

É clara a disposição de que a exigência da legislação especificada aponta

para o comprovante de pagamento originário da operação, corriqueiro e usual, assim entendido como o recibo ou a nota fiscal de prestação de serviço, que deverá contar com as informações exigidas para identificação, de quem paga e de quem recebe o valor, sendo que, por óbvio, visa controlar se o recebedor oferecerá à tributação o referido valor como remuneração. A lógica da exigência coloca em evidência a figura de quem fornece o comprovante identificado e assinado, colocando-o na condição de tributado na outra ponta da relação fiscal correspondente (dedução tributação). Ou seja: para cada dedução haverá um oferecimento à tributação pelo fornecedor do comprovante.

Quem recebe o valor tem a obrigação de oferecê-lo à tributação e pagar o imposto correspondente e, quem paga os

honorários tem o direito ao benefício fiscal do abatimento na apuração do imposto. Simples assim, por se tratar de uma ação de pagamento e recebimento de valor numa relação de prestação de serviço.

Ocorre, neste caso, uma correspondência de resultados de obrigação e direito, gerados nessa relação, de modo que o contribuinte que tem o direito da dedução fica legalmente

habilitado ao benefício fiscal porque de posse do documento comprobatório que lhe dá a oportunidade do desconto na apuração do tributo, confiante que a outra parte se quedará obrigada ao oferecimento à tributação do valor correspondente. Some-se a isso a realidade de que o órgão fiscalizador tem plenas condições e pleno poder de fiscalização, na questão tributária, com absoluta facilidade de identificação, tão somente com a informação do CPF ou CNPJ, sobre a outra banda da relação pagador recebedor do valor da prestação de serviço.

O dispositivo legal (inciso III, do § 1º, art. 80, Dec. 3.000/99) vai além no sentido de dar conforto ao pagador dos serviços prestados ao prever que no caso da falta da documentação, assim entendido como sendo o recibo ou nota fiscal de prestação de serviço, poderá a comprovação ser feita pela indicação de cheque nominativo pelo qual poderia ter sido efetuado o pagamento, seja por recusa da disponibilização do documento, seja por extravio, ou qualquer outro motivo, visto que pelas informações contidas no cheque pode o órgão fiscalizador confrontar o pagamento com o recebimento do valor correspondente. Além disso, é de conhecimento geral que o órgão tributante dispõe de meios e instrumentos para realizar o cruzamento de informações, controlar e fiscalizar o relacionamento financeiro entre contribuintes. O termo “podendo” do texto legal consiste numa facilitação de comprovação dada ao pagador e não uma obrigação de fazê-lo daquela forma.”

Ainda, há jurisprudência deste Conselho que corrobora com os fundamentos até então apresentados:

Processo nº 16370.000399/200816

Recurso nº Voluntário

Acórdão nº 2001000.387 – Turma Extraordinária / 1ª Turma

Sessão de 18 de abril de 2018

Matéria IRPF DEDUÇÃO DESPESAS MÉDICAS

Recorrente FLÁVIO JUN KAZUMA

Recorrida FAZENDA NACIONAL

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA IRPF

Ano: 2005

DESPESAS MÉDICAS GLOSADAS. DEDUÇÃO MEDIANTE RECIBOS. AUSÊNCIA DE INDÍCIOS QUE JUSTIFIQUEM A INIDONEIDADE DOS COMPROVANTES.

Recibos de despesas médicas têm força probante como comprovante para efeito de dedução do Imposto de Renda Pessoa Física. A glosa por recusa da aceitação dos recibos de despesas médicas, pela autoridade fiscal, deve estar sustentada em indícios consistentes e elementos que indiquem a falta de idoneidade do documento. A ausência de elementos que indique a falsidade ou incorreção dos recibos os torna válidos para comprovar as despesas médicas incorridas.

MATÉRIA NÃO IMPUGNADA. RECONHECIMENTO DO DÉBITO.

Considera-se não impugnada a matéria que não tenha sido expressamente contestada pelo contribuinte.

Processo nº 13830.000508/2009-23

Recurso nº 908.440 Voluntário

Acórdão nº 2202-01.901 – 2ª Câmara / 2ª Turma Ordinária

Sessão de 10 de julho de 2012

Matéria Despesas Médicas

Recorrente MARLY CANTO DE GODOY PEREIRA

Recorrida FAZENDA NACIONAL

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA - IRPF

Ano-calendário: 2006

DESPESAS MÉDICAS. RECIBO. COMPROVAÇÃO.

Recibos que contenham a indicação do nome, endereço e número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ de quem prestou os serviços são documentos hábeis, até prova em contrário, para justificar a dedução a título de despesas médicas autorizada pela legislação.

Os recibos que não contemplem os requisitos previstos na legislação poderão ser aceitos para fins de dedução, desde que seja apresentada declaração complementando as informações neles ausentes.

Não há nos autos qualquer prova documental (recibos) que comprovam a contratação dos serviços profissionais com Jackeline Carvalho Rangel (R\$ 11.000,00) e Sheila do Almo Ribeiro (valor de R\$ 10.000,00). A declaração de e-fls. 104 tem o condão de prova complementar aos recibos médicos que corroboram a prestação de serviços médicos.

Diante do exposto, conheço do recurso voluntário para, no mérito, negar-lhe provimento.

(documento assinado digitalmente)

Thiago Duca Amoni